



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
FACULDADE UnBPLANALTINA – FUP
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

CARLOS DOS SANTOS SILVA

**RESGATE DA HISTORIA DA FUNDAÇÃO E DA VIDA DO P.A SÃO
VICENTE - FLORES DE GOIÁS**

Planaltina – DF
2018

CARLOS DOS SANTOS SILVA

**RESGATE DA HISTORIA DA FUNDAÇÃO E DA VIDA DO P.A SÃO
VICENTE - FLORES DE GOIÁS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Educação do Campo, da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo, com Habilitação na área de Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Osanette de Medeiros

Planaltina – DF
2018

CARLOS DOS SANTOS SILVA

**RESGATE DA HISTORIA DA FUNDAÇÃO E DA VIDA DO P.A SÃO
VICENTE - FLORES DE GOIÁS**

Data de aprovação: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profª Drª Maria Osanette de Medeiros
(Orientadora)

Profª ME Elizana Monteiro dos Santos - UnB

Prof. ME Felipe Canova Gonçalves - UnB

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus familiares meus pais Francisco de Assis e Alaíde, a minha esposa Cristiane, meus irmãos, meu sogro Joaquim e minha sogra Reinivaldina, por terem ficado com minha filha Marylia, e a meu tio Francisco (Belezau), que ficou este período de quatro anos cuidando da minha parcela. Eles nunca mediram esforços para me dá força na busca por meus objetivos.

Aos meus amigos de comunidade e de universidade em especial Eduardo Saraiva, Flavia Torres, Karla Caetano por todo incentivo durante este período de quatro anos na universidade, estar presente nos momentos difíceis e principalmente nos momentos de alegria e aos que conheci durante o curso.

Venho também agradecer aqueles que contribuíram para que esta pesquisa acontecesse em especial a meu padrinho Deusdete que hoje não faz mais parte deste mundo, mas ficou sua memória. Aos professores da LEdoC, por todo aprendizado e por terem contribuído na minha formação pessoal. Agradeço especialmente a professora Maria Osanette, por me aceitar como orientando e por todo o apoio durante a elaboração deste trabalho.

Gratidão!!!

A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê. (Artur Schopenhauer).

RESUMO

Este estudo apresenta uma pesquisa da história e memória do Assentamento São Vicente, no município de Flores de Goiás-GO, desde as primeiras ocupações, no processo migratório ocorrido no Brasil a partir da década 1996, resgatando a história e a memória do Assentamento São Vicente, desde a fase do acampamento. O objetivo foi resgatar a história da fundação do assentamento para que a memória possa ser preservada. Os dados foram produzidos por entrevista e os resultados mostraram a importância de fazer esse resgate e associar ao processo educativo por meio da escola.

Palavras-chave: Resgate da história. Assentamento. Luta pela terra.

ABSTRACT

This study presents a survey of the history and memory of the São Vicente settlement, in the municipality of Flores de Goiás-GO, from the first occupations, in the migratory process occurred in Brazil from the 1990s decade, rescuing the history and memory of the São Vicente settlement, since the camp phase. The purpose was to rescue the history of the foundation of the settlement so that the memory can be preserved. The data were produced by interview and the results showed the importance of making this rescue and associate to the educational process through the school.

Keywords: Regate history. Settlement. Fight for land.

LISTA DE SIGLAS

ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LEDOC - Licenciatura em Educação do Campo

MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PRONAF - Plano Safra da Agricultura Familiar

TCLE - Termo de Compromisso Livre e Esclarecido

LISTAS DE FIGURAS

| | |
|----------------|----|
| Figura 1 | 21 |
| Figura 2..... | 21 |

LISTAS DE TABELAS

| | |
|----------------|----|
| Tabela 1 | 30 |
|----------------|----|

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 - INTRODUÇÃO | 18 |
| 1.1- Historia do Assentamento São Vicente | 20 |
| 1.2 A luta pela terra no Assentamento São Vicente..... | 25 |
| 1.3 - A formação dos professores e a LEdoC: influência na vida do PA São Vicente | 28 |
| 3 A METODOLOGIA E O CAMINHO PERRCORRIDO..... | 29 |
| 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 34 |
| 5. REFERÊNCIAS | 35 |
| 6 - APÊNDICE: | |
| Roteiro de entrevista semiestruturada | |
| 7. APÊNDICE | |
| Termo de Consentimento | |

1. INTRODUÇÃO

Por ser morador do P.A São Vicente desde o início, tenho observado que a história e a memória estão morrendo com o decorrer do tempo. Até a própria narrativa da origem do assentamento está sendo perdida e as pessoas do lugar não compartilharam suas histórias para perpetuá-las. Tenho observado também que as atividades coletivas da comunidade foram deixadas para trás. Isso nos leva a querer saber qual é o verdadeiro significado de ter conseguido a terra através da resistência? Quais os motivos da luta?

De acordo com o último censo do IBGE, de 2010, a população do município de Flores de Goiás era de 12066 pessoas, distribuídas na área rural, com 8.883 e 3.175, na área urbana podendo-se notar maior concentração na área rural, o que confirma que há um número expressivo de assentamentos. Em 2018 a população é estimada em 16.100 pessoas (<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/flores-de-goias/panorama>). (ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_goiias.pdf)

Essa população está distribuída em mais de 22 assentamentos e São Vicente é o maior deles e insere-se na luta pelo direito de morar e produzir, que compôs a pauta das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 1996, quando o Movimento se organiza na Região do Recôncavo baiano, expandindo-se para a Região Norte do Estado, em 1999 e posteriormente na região Oeste, em 2000. Por fim, o Movimento se organiza em 2006, na região Nordeste da Bahia, não só para expandir, mas para consolidar um Programa colocado em marcha desde 1985, quando o MST elabora seus objetivos e princípios organizativos no I Congresso Nacional, realizado em Curitiba, no Estado do Paraná, conforme apresenta (OLIVEIRA, 2010). Esse Congresso resultou do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, que deu nascimento ao MST, realizado em Cascavel-PR, cujo lema era: “A terra para quem nela trabalha e vive” (MORISSAWA, 2001, p. 139). Ainda de acordo com essa autora, o Movimento entendia que sua luta deveria se estender por todo o território nacional, diante dos problemas e conflitos que envolviam o campo brasileiro, conforme denúncia feita na carta do 1º Encontro Nacional, de 22 de janeiro, de 1984.

No período compreendido entre 1962 a 1965 surgem no interior da Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais e Base (CEBs) e na década de 1970 a Comissão Pastoral da Terra (CPT), “como espaços de politização dos trabalhadores, que passam a organizar diversas lutas” e “[...] em diferentes pontos do país, as ocupações de terras se intensificam, surgindo inúmeros movimentos sociais no campo, com diversas denominações” (OLIVEIRA), 2010, p. 4).

As ocupações de terra como forma de luta, que constituiu o lema do 1º Congresso Nacional em 1985, “Ocupar é a única solução”, (MORISSAWA, 2001, p. 140), vão se ampliando no país. É nessa busca que cerca de 100 famílias chegam ao nordeste do estado de Goiás, provenientes da Bahia, para ocupar as inúmeras fazendas improdutivas dessa região e passíveis da reforma agrária e acampam às margens da estrada, na GO - 114, próximo à cidade de Flores de Goiás onde permaneceram por seis meses, conforme consta na História do Assentamento (<https://assentamentosaovicente.wordpress.com/historia-do-assentamento/>).

Encontramos ainda nesse site a informação de que o movimento ocupou Fazenda São Vicente, a 50 km do município e as famílias acamparam às margens do rio Macacão por um período de 3 anos. Um dos entrevistados afirma:

Em 1996 nós veio com o senhor Salviano para fazenda porções em Flores, moramos na fazenda por três meses, não ficamos no local por causa que foi feito a análise da terra e o resultado deu como improdutiva, mas o INCRA já tinha outra terra para colocar nós, a fazenda do Noronha¹ cerca de 45 quilômetros de Flores (REINALDO, 2018).

A fazenda São Vicente foi declarada de interesse social, para fins de reforma agrária, pelo Decreto Presidencial de 3 de março de 1997:

Art. 1º Fica declarado de interesse social, para fins de reforma agrária, nos termos dos [arts. 18, letras "a", "b", "c" e "d"](#), e [20, inciso VI, da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964](#), e [2º, da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993](#), o imóvel rural denominado "Fazenda São Vicente", com área de 2.760,0000 ha (dois mil, setecentos e sessenta hectares), situado no Município de Flores de Goiás, objeto do Registro nº R-1-152, fls. 39v, do Livro 2-A-4, do Cartório de Registro de Imóveis do Distrito Judiciário de Flores de Goiás, da Comarca de Formosa, Estado de Goiás.

Art. 2º Excluem-se dos efeitos deste Decreto os semoventes, as máquinas e os implementos agrícolas, bem como as benfeitorias existentes no imóvel referido no artigo anterior e pertencentes aos que serão beneficiados com a sua destinação.¹

Art. 3º O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA fica autorizado a promover a desapropriação do imóvel rural de que

¹Codinome do dono da fazenda.

trata este Decreto, na forma prevista na [Lei Complementar nº 76, de 6 de julho de 1993](#), e a manter a área de Reserva Legal, preferencialmente em gleba única, de forma a conciliar o assentamento com a preservação do meio ambiente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5182.htm, grifos do autor)

Dois anos depois do decreto, em 1999, as famílias acampadas às margens do rio Macacão, são assentadas no Projeto de Assentamento São Vicente (PA São Vicente). Ao tratar “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, no Título II e “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, no Capítulo I, a Constituição Federal de 1988, determina em seu Art. 5º item XXII a garantia do direito de propriedade e no XXIII a função social da propriedade.

(https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_5_.asp). Com essa determinação constitucional pode-se afirmar que a propriedade é assegurada como um direito fundamental. O próprio art. 5º trata dos direitos e garantias tanto na esfera individual quanto na esfera coletiva.² Ainda nessa mesma comunicação veio o alerta da reforma agrária como uma das formas de reorganização da estrutura fundiária. O autor referiu-se ao artigo 184 da Constituição Federal de 1988, que determina:

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

[...].

Ao trazer o artigo 184 José Vaz Parente chamou a atenção para a função social da propriedade como princípio fundamental do Direito Agrário disposto no parágrafo 1º do artigo 2º da Lei n.º 4.504/64, do Estatuto da Terra: “É assegurada a todos a oportunidade de acesso à propriedade da terra, condicionada pela sua função social, na forma prevista nesta Lei”

² Comunicação oral no Seminário Nacional “Democracia” em tempos de lawfare: o papel do jurídico, da polícia e da mídia, em 28 de novembro de 2018, Auditório Augusto Boal, Faculdade UnB Planaltina, com tema “questão agrária”, por José Vaz Parente, representante da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA).

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm). O comunicador referiu-se à Lei de Terras, de 1850, que reforçou a concentração de terras e aumentou o poder das oligarquias. Delgado (2014, p. 28-9), afirma que “Do regime fundiário colonial (das sesmarias) ao Regime da lei de terra (1850) a história econômica e social do país, nos dá conta de forte conflituosidade, principalmente contra as populações originárias”.

Nessa luta, usando seu poder de mobilização e organização, os acampados e assentados fazem os enfrentamentos para acessar a terra e nela permanecer. O assentamento com mais de 19 mil hectares, não possui iluminação pública. Até os dias de hoje, dezembro de 2018, também não possui água tratada, todo o abastecimento de água doce é feito pelos próprios moradores, que buscam a água no rio Macacão, enchendo os galões e transportando em carroças, bicicleta ou carro de boi. Muitos a recolhem das chuvas. São Vicente é o maior assentamento do Estado de Goiás e fica a uma distância de 50 km da sede do município que está a 431 km da capital do estado, Goiânia e 250 km da capital federal, Brasília. Mesmo não estando tão distante dessas duas capitais, o município ainda não tem acesso a alguns serviços básicos, como telefonia pública. Só a partir de 2004 foi que o assentamento foi contemplado com 90 quilômetros de rede elétrica, com recursos do Programa Luz para Todos (<https://assentamentosaovicente.wordpress.com/historia-do-assentamento/>).

Atualmente estão assentadas 519 famílias, que foram chegando aos poucos ao lugar e a capacidade do assentamento é de 635 famílias, segundo os dados da Superintendência Regional Distrito Federal e Entorno - SR 28 do INCRA (<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>).

A partir dessas observações e pensando na importância de se preservar a memória de um povo, de uma comunidade, como é o caso do estudo aqui proposto, é que foi formulada a pergunta ao problema que originou a pesquisa: qual a importância de resgatar a história do P.A. São Vicente?

Tenho observado que as pessoas não falam da história do assentamento, aos poucos essa história e as lutas vão se perdendo, o que compromete a razão da luta desse povo. Os processos de luta por um pedaço de terra parece não mais fazer parte do cotidiano desses moradores que um dia sonharam, lutaram e conquistaram um lugar para morar e produzir. “Terra não se ganha, se conquista” diz o cartaz na Plenária do 1º Encontro Nacional dos Sem-Terra, Cascavel, PR, 1984 (MORISSAWA, 2001, p. 138). Foi nesse espírito de luta que os moradores chegaram à região de Flores de Goiás.

Foram momentos de tensão, de conflito, que marcaram a vida dessas pessoas. Por isso a importância de preservar essa memória, pouco registrada, que hoje está mais na lembrança daqueles que participaram e que viveram. Se não há memória, se não há registro, possivelmente esse coletivo e toda a sua luta ficam vulneráveis a tal ponto que todo esse processo pode se perder e cair no esquecimento.

Por estas raízes estarem sendo esquecidas, e por ser morador na localidade desde quando era acampamento, no ano de 1996, quando ainda criança, tenho observado que nos anos em que éramos acampados, as pessoas eram bem mais unidas, realizavam as demandas do acampamento juntas, como na época a construção de uma horta comunitária, a festa da pamonha, que tinham data específica para sua realização. Os recursos eram uma contribuição de cada um dos parceiros do acampamento. É justamente por causa dessas questões, que as perspectivas deste trabalho são contribuir com o resgate da história e da memória do Assentamento São Vicente.

Como exemplo, temos a festa da pamonha, organizada pelo representante do acampamento no ano de 1996 porque ele já havia participado dessa festa em outra localidade. Como os moradores do acampamento fizeram uma plantação de uma lavoura de milho, que deu boa safra, ele resolveu fazer essa festa, que era realizada no primeiro final de semana do mês de março, e tinha duração de três dias. Durante a festa, acontecia concurso de música e viola. A festa aconteceu por dois anos consecutivos em sua gestão, e por mais dois anos, sob a administração de outros representantes. Quando terminou essa gestão, que entrou outro representante, a festa não teve continuidade. Foram quatro anos de resgate das origens, as pessoas voltando às suas raízes pela música e pela própria festa como uma forma de comemorar a colheita.

A origem do assentamento, como outro exemplo, é contada em versões diferentes por umas poucas pessoas. Então a proposta é de aprofundar os estudos sobre esses hábitos, no sentido de conhecer seu potencial formador, a fim de que o indivíduo possa fazer uma transformação, no P.A São Vicente, na realização da sistematização da história do assentamento, e com estes resultados, nós do (P.A) possamos ser protagonistas de nossa própria história.

Escolhi esse tema quando cursei a disciplina Pesquisa e Memória ministrada pela professora Regina Coelly, na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Ao desenvolver o trabalho de campo proposto pela disciplina fui motivado pelas entrevistas realizadas com os moradores do Assentamento, durante cinco etapas do

curso. Na última etapa nós educandos realizamos de 4 a 6 entrevistas durante o período entre 2015 a 2017. Elaboramos em grupo a sistematização de 33 entrevistas sendo 22 homens 11 mulheres, com idade entre 32 e 77 anos. Os entrevistados foram escolhidos pela experiência, influência, afinidade ou oportunidade, as entrevistas foram realizadas em varias localidades tais como, residências, espaços coletivos, escola e aprofundam na historia do Assentamento São Vicente, marcas do território, memoria, a exploração da madeira e seus impactos na natureza local.

Saraiva (2010)³ aponta a importância da historia oral como fator fundamental, numa metodologia que busque reconstruir o passado, tornando possível que o campo de interpretação da historia incorpore memorias de vários sujeitos, que se tornam então, sujeitos históricos.

A pesquisa de campo proposta pela professora Regina Coelly, durante a Disciplina Pesquisa e Memoria foi feita para levantar a historia dos assentamentos do município, a dimensão econômica, política e cultural. As observações e os dados produzidos por meio de entrevistas foram bem similares, pois elas coincidiram bastante a respeito da comunidade, suas características, o que as pessoas buscavam ao escolher viver no campo eo modo de vida que poderia encontrar. Uma das entrevistas disse que ao escolher esse lugar para viver encontrou o que esperava, ou seja, uma vida que possibilite trabalhar e preservar a natureza, entretanto, com o passar do tempo tudo foi se modificando “hoje em dia está tudo devastado, pois antes havia olhos d’água espalhados pelo meio da mata, que hoje não tem mais por causa de muitas queimadas e grande carvoeiras que devastaram as matas” (SANTOS, 2017, p. 22).

Diante dessa visão considero importante o estudo, principalmente pelo fato de que a origem está morrendo, a historia está se perdendo. Temos que dar importância a essa memória e buscar recriar, resgatar o percurso histórico, as barreiras e enfrentamentos e não deixando perder a memória da luta pela terra no assentamento.

Ao ingressar na Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) pude perceber, cada vez mais claramente, ao longo das etapas do curso, sua intencionalidade em “preparar educadores para uma atuação profissional que vai além da docência, dando conta da gestão dos processos educativos que acontecem na escola e no seu entorno”

³ Comunicação escrita feita pela professora Regina Coelly Fernandes Saraiva, na disciplina Pesquisa e Memória, 2017.1.

(PLANALTINA, 2009, p. 3). Isso revela que nessa intenção estão contidos aspectos fundamentais como a inclusão de sujeitos historicamente excluídos, tanto na educação básica, quanto no ensino superior. Trata-se de articular o curso e suas práticas ao Movimento da Educação do Campo construído no seio da luta pela terra, por educação e escola. Nessa luta a tônica é a democratização da terra e do conhecimento, colocando os sujeitos do campo enquanto seres de direitos, com uma formação que vise à transformação social. Nesse conjunto de ideias Arroyo convoca a ocupar o latifúndio do saber “Ocupemos o latifúndio do saber” (ARROYO, 2012, p. 67). Esse foi o grito político dos movimentos do campo na aula inaugural dos cursos de Pedagogia da Terra e de Formação de Professores indígenas, do campo e quilombolas. Tendo esse grito como expressão da luta por terra e conhecimento, os movimentos pressionam a universidade pelo seu ingresso e permanência.

Nasce, assim, o interesse pelo estudo da temática aqui apresentada, por acreditar que a educação é um dos meios para que se possa buscar o registro da memória da história do PA São Vicente, ao mesmo tempo em que poderá dinamizar esse processo através do currículo escolar. Portanto, resgatar a história da fundação do P.A. São Vicente tem uma relevância para a comunidade pelo seu propósito inicial, pelo valor que atribuem à terra como forma de sobrevivência, como possibilidade de mudar de vida, buscar novas formas de viver sem ter que se submeter a situações tão precárias como é o caso da maioria que buscou a região de Flores como forma de viver. Viver na terra é viver em segurança, sabendo que aquele pedaço de chão produz vida. Como afirma Sauer (2010, p. 15, grifos do autor) “[...] as pessoas sonham com a terra porque esta representa um *lugar de vida e fartura*”. Os assentados em sua maioria, foram em busca disso, de melhores condições de vida.

O presente estudo busca referências em Delgado; Bergamasco (2017); Delgado (2014); Stédile (2006); Legislação: Constituição Federal de 1988, leis da reforma agrária.

Para atender a temática em estudo foram traçados como objetivo geral resgatar a história da comunidade para que a memória dos antepassados não se perca e as novas gerações possam conhecer a história do projeto de assentamento São Vicente e como objetivos específicos: conhecer a história do assentamento para saber como ocorreu o processo de ocupação; compreender a história e a trajetória do assentamento, as lutas e

as formas de organização social e da produção para a sobrevivência das famílias; associar a luta pela terra e a formação de professores proposta pela Licenciatura e Educação do Campo (LEdoC UnB).

A metodologia consistiu em um estudo exploratório com entrevistas gravadas em áudio e vídeo com o rigoroso consentimento dos participantes, conforme termo de compromisso livre e esclarecido (TCLE) constante do apêndice II, que permitiram usar seu nome e imagem. Algumas pessoas são citadas no texto com nome fictício, por não fazerem parte da pesquisa diretamente e, sim, figurarem como protagonistas à época do acampamento e o processo de assentamento.

O trabalho está organizado em introdução, onde apresento o tema, o problema e a justificativa. Apresento os objetivos e a metodologia. A seguir apresento a história do assentamento, a luta pela terra e a formação dos professores na LEdoC: influência na vida do PA São Vicente. A análise dos dados foi feita ao longo da discussão, mas também teve lugar específico, por ocasião da interpretação das falas dos entrevistados. Por fim, apresento as considerações acerca do tema e o que resultou do percurso feito em busca de dados que respondessem as perguntas feitas inicialmente,

1.1 História do Assentamento São Vicente

No ano de 1996, surge o boato de distribuição de terra da reforma agrária no estado de Goiás, o que motivou as pessoas a se organizarem e deslocarem-se do estado da Bahia para a região de Flores - GO. Essas pessoas, que tinham o sonho de ter uma terra própria, viajaram em cima de um caminhão para o estado de Goiás, por quase uma semana e chegaram à fazenda às 6 horas da manhã, do dia combinado, mas quando fizeram a armação do acampamento que montaram os barracos de lona, o dono da Fazenda já tinha acionado a polícia militar de Vilas Boas de Goiás, que fez algumas perguntas às pessoas que estavam ali, e logo identificou o líder do movimento, Docade Brasília e o senhor Salviano representante das pessoas que vieram da Bahia (SEBASTIÃO, entrevista).

Segundo o relato do entrevistado, os policiais colocaram os dois dentro do carro até negociar a volta dessas pessoas para seus lugares de origem, depois que negociou a volta, liberou os dois líderes, mas as ferramentas das pessoas foram apreendidas e

encaminhadas para a sede da Polícia em Formosa, Goiás. As pessoas ficaram esmorecidas com a volta, sem ter conseguido o objetivo, que seria a terra.

Mas depois de 15 dias que eles estavam na Bahia o Docaligou para o Salviano e pediu para que ele organizasse novamente as pessoas, que desta vez seria garantida a terra. Eles se reuniram e se deslocaram para o estado de Goiás, mas dessa vez a terra a ser ocupada ficava próxima à Cidade de Flores, na GO 114, distância de 16 km, entre a cidade e a fazenda Porções de propriedade de Cafuringa. Ali à beira da fazenda foram construídas as barracas conforme orientações do líder.

O acampamento durou seis meses, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), fez a análise da terra e constatou que não eram terras agricultáveis, por isso não seriam distribuídas. Foi aí que surgiu a opção de escolher entre o São Filipe hoje conhecido como Bela Vista e a Fazenda do Noronha, na época conhecida como rainha das aroeiras, hoje conhecido como São Vicente. Uma parte ficou na Bela Vista e outros foram para o acampamento do São Vicente.

Os deslocamentos foram do Distrito Federal, Formosa, Luziânia, Goiás e do estado da Bahia, o primeiro grupo a chegar à fazenda foi à turma do Cesinhaque já vinha de experiência pouco sucedida em outro acampamento. Primeiro veio o Salviano, que trouxe pessoas da região de Santa Maria da Vitória, São Félix do Coribe, Colônia do Formoso, Jaborandi, Correntina e Bom Jesus da Lapa Bahia, e logo depois veio o grupo do Zezinho⁴ que se deslocou do DF e entorno.

Jair Nunes afirma que “vim através de Zé, ficamos na pista de Planaltina (DF), por volta de uns três dias por não ter ônibus para levar, por isso aguardou o retorno dos ônibus quando chegamos no acampamento montamos os barracos de lona lutando o nosso desejo era conseguir a terra (Entrevista). Para Sauer (2010, p. 37), “a luta pela terra é um processo social de resistência [...]”. “É uma resistência ao processo de dominação e exclusão” afirma esse mesmo autor em outra obra (SAUER, 2008, p. 43). Esse fato é visível na luta desses assentados, desde a mobilização para acampar até hoje, com a alta de água tratada, água doce, entre outras condições de infraestrutura.

Há relatos de que na divisa da fazenda já habitavam os posseiros, que estão no local desde 1932. Até hoje existe a área dos posseiros em São Vicente. Um deles conta que teve conflito com o dono da fazenda, por causa de demarcação das terras, causou a

⁴ Zezinho e Zé são a mesma pessoa. Ora os entrevistados se referem a esse personagem chamando pelo apelido, ora chamando pelo nome abreviado.

morte de um dos seus irmãos. Os sem terra não foram bem vistos, eram tratado como ser sem utilidade, invasor de terras alheias, mas sua chegada contribui para o desenvolvimento dos posseiros e da cidade.

O acampamento durou 3 anos, quem coordenou por um tempo quando estavam na beira do rio Macacão foi o Zé por ser representante de movimento social e ter afinidade com o INCRA, ele era responsável pela organização das pessoas na beira do rio, que acontecia da seguinte maneira: os alimentos era cestas básicas com variedade de alimentos para cada família e era conseguido através do órgão Conab que fornecia alimentos para os acampados através do INCRA, o Zé conseguia verdura da Ceasa e também conseguia doações de remédios, uma farmácia comunitária, posto telefônico, hortas comunitárias.

Neste período de 3 anos também foi feita a escolha do presidente da associação através do voto, tendo sido eleito Jocae o Edimarco como vice. Durante a sua gestão eles conseguiram dois carros, colégio de madeirte e uma draga de extrair areia.

Os moradores utilizavam o rio Macacão para uso próprio e serviços domésticos: tomar banho, lavar roupa, louça. Havia uma separação: o local dos homens tomarem banho denominado poço ou pedra dos homens (figura 01) e poço ou pedra das mulheres (figura 02), a uma distância de aproximadamente 150 metros. Essa divisão era só na hora do banho, segundo contam os moradores mais antigos, sobre as histórias do acampamento. Essas fotos foram feitas especialmente para esta pesquisa.

Figura 01 - pedra ou poço dos homens



Fonte: arquivos do

Figura 02 - Pedra ou poço das mulheres



Fonte: arquivos do autor

Até hoje o rio é utilizado pelas famílias para atender as suas necessidades de abastecimento pessoal e doméstico, além de se utilizado para as atividades produtivas.

Dessa forma, houve uma proposta, por parte de alguns moradores (acampados), de fazer uma vila às margens do rio, porém nas negociações, ficou decidido que as casas seriam feitas mais afastadas.

O presidente da Associação foi quem negociou com o superintendente do INCRA, como seriam divididos mais de 19 mil hectares de terra, em que a sua extensão geográfica é rodeado entre o rio Macacão e o rio Paranã. O rio Macacão deságua no rio Paraná. No assentamento, algumas pessoas queriam que fosse feita uma vila na beira do rio, e outras na parte mais distante, mas com influência do superintendente foi decidido que das 545 parcelas as famílias cada uma teria direito a duas áreas: a Vila e a Cerqueira. A terra foi dividida em quatro eixos, cada parcela tem 4 hectares e a Cerqueira com 20 hectares num total de 24 hectares para cada família e a área branca para construção pública e a reserva, área de preservação do assentamento.

Em 1999 as famílias foram se mudando para os lotes e continuou o sofrimento em questão de água, não tinha transporte próprio para pegar água no rio, não tinha reservatório suficiente para guardar água, quando o carro pipa da comunidade passava uma vez na semana, alguns que tinham condições para comprar lona faziam um reservatório, abrindo um buraco no chão e ficava abastecido durante a semana, e os que não tinham teriam que pegar em barragem ou ir buscar no rio no cambão (dois botijão de 20 litros de água), inclusive por causa de água de barragem houve morte de crianças com doença de cachorro (calazar)⁵.

Esses fatos demonstram a situação de precariedade em que viviam os assentados. Só depois que a comunidade ficou com um funcionário do INCRA detido, por uma semana, foi que conseguiu alguns projetos para o desenvolvimento das famílias e da comunidade. Os projetos adquiridos foram: fomento, fome zero, Pronaf, custeio, fomento mulher, estes foram em dinheiro, os outros foram por intermédio de firmas responsáveis na aplicação dos projetos fornecendo materiais ou serviços, tais como o projeto da mamona, projeto da água do rio Macacão, do algodão, da construção e reforma das casas. Com as vendas de materiais de construção, as firmas construíram dois colégios, fizeram a reforma das casas e o projeto de energia elétrica.

⁵A leishmaniose visceral, também conhecida como Calazar, é uma doença é causada por um protozoário e pode afetar tanto cachorros, como pessoas ou outros animais. Calazar canino ou leishmaniose visceral é uma das duas formas de leishmaniose no cachorro. Disponível em: <https://www.peritoanimal.com.br/calazar-canina-leishmaniose-visceral-sintomas-causas-e-tratamento-22469.html>.

Mas depois que o funcionário do INCRA foi livre, a Polícia Federal mandou intimação para algumas pessoas, e colheu os depoimentos destas pessoas do assentamento, onde tem pai de família que recebeu a carta para ser despejado do assentamento e responde 5 processos até os dias de hoje por defender os seus direitos e neste caso os direitos de uma comunidade.

Nesta perspectiva,

[...] a história vai sendo escrita conforme a caminhada do povo. A sociedade brasileira, conscientizada pela justiça da reivindicação dos movimentos camponeses, compreenderá que somente a democratização do acesso à terra poderá resolver os problemas da pobreza e da desigualdade social (STEDILE, 2012, p. 155).

O São Vicente surge da demanda de pessoas que já trabalham com agricultura, mas a maioria acaba vendendo sua força de trabalho para fazendeiros e grandes firmas de lavouras. No entanto, com a possibilidade de conseguir uma terra através da reforma agrária e dela retirar o seu próprio sustento, e suprir as necessidades que demanda uma família, fez com que muitas dessas pessoas que vieram para Flores, organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, inicialmente, originárias da Bahia, principalmente, se mantivessem firmes no seu propósito, enfrentando todo tipo de dificuldade. Essas pessoas fazem parte dos mesmos grupos sociais que vivem na pobreza, à margem e longe do acesso às condições de vida digna.

1.2 A luta pela terra no Assentamento São Vicente

A luta pela terra traz em sua trajetória várias formas, dentre elas, acampamentos e assentamentos e envolve questões agrárias e as políticas para sua concretização. A mobilização dos menos favorecidos na sociedade na caminhada de projetos de inclusão na sociedade enfrentando barreiras nas jornadas por desenvolvimento, e a persistência nos barracos de lona enfrentando chuvas e sol, na perspectiva de conseguir a tão desejada terra.

Essa luta desencadeada por meio de ocupações e acampamentos na região de Flores, pressionou o poder público para implantar Projetos de Assentamentos, o que resultou em mais de 22 assentamentos espalhados pelo município. Durante o processo de ocupações ficou evidente a luta e a resistência, representada pelos acampamentos.

Conforme(Fernandes,etal.2009, p. 25),apresentam o acampamento “e seu significado como forma de luta, tanto para obter acesso à terra, quanto pela melhoria das condições dos agricultores”. Partindo dessa visão os movimentos sociais vemmobilizando os camponeses na luta por inclusão no campo da reforma agrária e desmistificando a ideia que a cidade é melhor que o campo, para o desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

No Brasil a luta pela terra é histórica e data desde os primórdios e a concentração da terra tem início com as Capitânicas Hereditárias e se prolonga até os dias atuais, o que impulsiona a lua pela sua conquista.No período colonial encontram-se as resistências dos escravizados e a luta nos quilombos. A Guerra de Canudos no Nordeste brasileiro e a revolta do Contestado no Sul do País, durante o período republicano dão a conhecer essas lutas históricas que influenciam o movimento em busca de terra, trabalho, educação e políticas públicas para uma população historicamente excluída (MOURA, 2000).

Registros históricos mostram que a o território brasileiro coloca em evidência o tema da concentração fundiária, acompanhada igualmente do debate acerca da concentração de renda, das monoculturas e outros fatores históricos que agravam a situação daquelas pessoas que buscam terra, trabalho, moradia, para uma vida digna. Delgado (2017) contribui com esse debate ao discorrer acerca da questão agrária e seu conexo reforma agrária. Assim diz o autor:

Do regime fundiário colonial (das sesmarias) ao regime da Lei de Terras (1850)⁶ a história econômica e social do País nos dá conta de forte conflituosidade, principalmente contra as populações originárias. Mas não se organiza, senão na segunda metade do sec. XX, uma ação política concertada de reforma da estrutura agrária (DELGADO, 2017, p. 15).

A questão agrária no Brasil foi e continua sendo um problema. A promessa da realização da reforma agrária pelo Estado vem de governo a governo. Trata-se de uma questão estrutural de um problema complexo, como pode ser constatado na obra do autor supracitado, que reforça a gravidade dos problemas contemporâneos da estrutura agrária no País que reflete “a reiterada recusa do sistema de economia política dominante de

⁶Para uma abordagem sintética dos “regimes fundiários em sucessão” no Brasil ver CNBB (2010), op.cit. pp. 27/37. (Referência indicada pelo autor).

submeter o sistema agrário às regras limitantes à sua absoluta auto-regulação pelo mercado de terras” (DELGADO, 2017, p. 22).

Neste trabalho campo é entendido como espaço de vida, de produção, de cultura, na busca de novas relações sociais, e por não ser reconhecido na área rural, e as famílias viverem em decadência, os trabalhadores se juntam com os movimentos sociais para cobrar dos governos projetos, que possam melhorar a vida no campo, onde possa sobreviver da agricultura, na subsistência e no fornecimento para os demais, nesta visão o campo é o desenvolvimento da sociedade, desmistificando a ideia de que um é melhor que o outro.

Conhecer a história do assentamento é conhecer a vida vivida nesse espaço e as diversas possibilidades que ele apresenta. As dificuldades enfrentadas pelos primeiros moradores não impediram que se pensasse em projetos de vida, na forma de concretização dos projetos de Reforma Agrária, na busca permanente da luta pela terra.

A importânciada terra na vida dos seres humanos é fundamental possibilita uma vida farta tudo que se planta vinga, só que ela está sendo usada de forma inadequada, e por ela ser tão importante para a sobrevivência, esta concentrada no domínio de uma pequena memória que tem o domínio da terra, e só usa a terra para a concentração do capital.

Para falar da luta pela terra no Assentamento São Vicente, há que se reportar à luta pela terra no país. Trata-se não só do acesso, mas, sobretudo, da permanência. O papel e a tarefa dos movimentos sociais e sindicais do campo tem sido a base para essa trajetória histórica.

Para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

os assentamentos só poderão alcançar plenamente suas potencialidades dentro de uma estratégia de desenvolvimento nacional, focada no atendimento das necessidades da população, tendo na reforma agrária um de seus elementos estruturais. Mesmo assim, o impacto da criação de um assentamento marca a vida de um município, tanto do ponto de vista social como econômico (MST, 2010, p. 20).

Dentro desse desenvolvimento está a educação. Por meio da educação pode haver um processo de transformação da sociedade. Neste sentido, um dos fundamentos da Educação do Campo “é que só há sentido em construir processos pedagógicos

específicos às necessidades dos sujeitos do campo, vinculados à construção de um outro tipo de modelo de desenvolvimento” (PLANALTINA, 2009, p. 9). Trata-se de uma nova forma de ver o campo, a educação e a escola e, conseqüentemente, dos sujeitos do campo.

1.3- A formação dos professores e a LEdoC: influência na vida do PA São Vicente

Ao buscar minha formação na Licenciatura em Educação do Campo, pretendia inicialmente ter o certificado de uma instituição, cujo nome fosse reconhecido no país, mas aprendi nesse percurso de tempo comunidade e tempo universidade, o quanto os textos lidos abrem a visão de mundos significados das palavras difíceis a possibilidade de levar os conhecimentos de outras histórias, relacionando as vivências do nosso cotidiano, por isso que ao longo do curso as possibilidades de ampliar as discussões foram clareando, a importância e a necessidade de se pensar não só na comunidade onde vivo, mas pensar um projeto maior: um projeto de país, ideia tão disseminada na LEdoC, por meio da teoria e das práticas educativas e pedagógicas, que se desenvolvem no Tempo Universidade (TU) e no Tempo comunidade (TC), suscitando a organização de espaços coletivos. Essa prática foi desenvolvida nos primórdios do acampamento e do assentamento e precisa ser resgatada, para que se possa manter o projeto original de uma vida mais coletiva, com atividades culturais que deem vida ao assentamento.

As práticas educativas desenvolvidas na LEdoC, além de estimular processos coletivos, buscam valorizar o conhecimento dos estudantes, sua história e suas lutas, em “um esforço de afirmação da Educação do Campo como Política Pública, em um processo de construção de um sistema público de educação para as escolas do campo” (PLANALTINA, 2009, p. 3).

Necessário se faz, nessas práticas apontadas pela LEdoC, a compreensão de uma Educação do Campo necessária à realidade educacional do campo, como afirma Caldart:

É importante notar que embora seja um fenômeno recente na história brasileira, o acúmulo de luta e construção da Educação do Campo já precisa ser considerado para pensar a realidade educacional do campo, em particular da educação pública, principalmente quando se quer entender esta realidade desde o ponto de vista dos próprios trabalhadores do campo e suas organizações (CALDART, 2016, p. 317).

Para essa autora a Educação do Campo surgiu com o objetivo principal de associar lutas de diferentes sujeitos particulares com interesses sociais comuns, o que significa dizer da importância de se lutar nas bases, para dar sustentação material a uma luta mais geral, em um processo articulado em que o particular dá sustentação ao geral.

A Educação do Campo nasceu

protagonizada pelos trabalhadores do campo e suas organizações, em um movimento coletivo de pensar a educação/formação dos trabalhadores e não para eles, lutar por políticas públicas que garantam as condições para que estas práticas sejam construídas desde seus interesses sociais, políticos, humanos. Esta é a grande *novidade histórica* da LEdoC, e que não podemos deixar se perder: criada pelos trabalhadores do campo como ferramenta para disputar políticas que lhes garantam condições objetivas de construir e gerir, pela sua associação coletiva, a educação de que precisam para “conquistar sua própria emancipação” (CALDART, op. cit, p. 320, grifos da autora).

Nesse sentido e dentro de uma trajetória que tracei para a pesquisa é que busco compreender a história a partir do resgate que pretendo fazer e trazer ao debate a Educação do Campo como forma de resistência e a Licenciatura como fruto dessa luta, articulando história, vida no assentamento, educação do campo e escola.

O Projeto Político pedagógico da LEdoC diz que “a base fundamental de sustentação da Educação do Campo é que o território do campo deve ser compreendido para muito além de um espaço de produção agrícola. (PLANALTINA, 2009, p. 8). É nesse sentido que o curso contribui para o desenvolvimento do assentamento São Vicente porque busca formar sujeitos para atuarem no campo dentro da realidade.

2. A METODOLOGIA E O CAMINHO PERCORRIDO

Ao desenvolver a pesquisa oral com a comunidade fiz o estudo sobre as histórias através das memórias e conhecer como surgiram e porque estão sendo esquecidas. Segundo Aranha (2006) “nossas ações e pensamentos mudam no tempo, à medida que enfrentamos os problemas não só da vida pessoal, como também da experiência coletiva. E segundo ela é assim que produzimos a nós mesmos e a cultura a que pertencemos”.

Utilizei métodos de oralidade para construção de fontes e registros sobre essas histórias em suas múltiplas dimensões para resgatar as memórias esquecidas. Como cita Delgado:

Historia, tempo e memória são processos interligados. Todavia, o tempo da memória ultrapassa o tempo de vida individual e encontra-se com o tempo da história, visto que se nutre de lembranças de família, de músicas e filmes do passado, de tradições, de histórias escutadas e registradas. A memória ativa é um recurso importante para transmissão de experiências consolidadas ao longo de diferentes temporalidades (DELGADO, 2006, p. 17).

Através das histórias das pessoas que moram no assentamento busquei resgatar os processos de luta por terra de trabalhadoras e trabalhadores acessar e viver na terra em busca não só da sobrevivência, mas de construir uma vida digna, com acesso a políticas públicas que transformem a vida social, ambiental e produtiva. Ao contar suas histórias os moradores tiveram a oportunidade de resgatar sua trajetória de luta e ao mesmo tempo compreender o que foi esse processo vivido, com o olhar de hoje, 20 anos depois, em que o tempo foi modificando a via e a forma de enxergar os acontecimentos.

Os interlocutores são moradores mais antigos do assentamento, critério utilizado para selecionar os entrevistados. Foram selecionados cinco moradores mais antigos homens e mulheres. As entrevistas foram gravadas em vídeo, com prévia autorização dos entrevistados, conforme termo de consentimento anexo ao final deste trabalho. Os nomes das/dos entrevistada/dos serão mantidos, mediante a autorização aqui referida. Algumas entrevistas tinham sido gravadas anteriormente, para o trabalho de história e memória e foram incorporadas a esta pesquisa. Os nomes das pessoas que não participaram da pesquisa e que precisam ser citadas serão fictícios. São pessoas que participaram do processo desde a ocupação ao assentamento como por exemplo, o dono da fazenda, o organizador das viagens e do acampamento, o interlocutor entre os acampados e o poder público.

Para melhor conhecer a história do assentamento foi feita entrevista com 10 assentados, 6 gravadas em vídeo com o consentimento de cada um deles e as outras quatro gravadas em áudio. Alguns pontos foram anotados durante as falas para manter o roteiro previamente elaborado.

Os entrevistados encontram-se na faixa etária de 43 a 82 anos, são 9 homens e uma mulher, procedentes do Estado da Bahia 7, um de Pernambuco. Apenas o entrevistado 1 veio do próprio Estado de Goiás. No quadro 1 pode ser visualizada faixa etária e a procedência.

Tabela 1:Faixa etária dos entrevistados e procedência

| Nome e idade | Procedência |
|-------------------------------------|-------------|
| Entrevistado 01 - Gilberto 79 anos | GO |
| Entrevistado 02 – Joaquim 82 anos | BA |
| Entrevistado 03 - Sebastião 43 anos | BA |
| Entrevistado 04 – Reinaldo 55 anos | BA |
| Entrevistado 05 – Pedro 66 anos | BA |
| Entrevistado 06 - Salviano 75 anos | BA |
| Entrevistado 07- Jair Nunes 69 anos | BA |
| Entrevistado 08 - Deusdete 66 anos | BA |
| Entrevistado 09 - Francisco 65 anos | PE |
| Entrevistado 10 - Domingas 58 anos | BA |

Fonte: Elaboração pelo autor a partir dos dados da entrevista

Todos estão no assentamento desde o acampamento e vivem do que produzem. A forma de trabalhar no assentamento é individual, não tem produção coletiva, cada um planta sua roça. Não tem mais sementes crioulas, todos os anos os agricultores compram as sementes imunizadas para plantar. Eles produziam milho, feijão, mandioca, arroz, gergelim, chegaram até produzir algodão e mamona. São roças anuais plantadas uma vez por ano devido à água para molhar a lavoura. A coleta é de uso para a subsistência, até porque na maioria das vezes que produz em quantidade maior os comerciantes locais não compram e quem aparece são os atravessadores querendo pagar uma mixaria. Hoje o assentamento é mais forte na pecuária que tem mais saída para o comércio.

A entrevista teve início com duas questões. A primeira pergunta indagava *como ficou sabendo do acampamento e como chegou até ele (trazido por quem)* e a segunda queria saber *como foi a recepção ao chegar à localidade*.

Todos os entrevistados chegaram à região por intermédio de alguém, ou de algum movimento social, no caso o MST, que organizava ações na Bahia em busca de

terra. Ao chegarem à região os futuros acampados enfrentaram polícia e pistoleiros. O primeiro grupo que chegou foi para Vila Boa, mas devido a terra não ser agricultável dirigiu-se para São Vicente. O Sr. Gilberto conta que

Chegando em 13.08.1996 à fazenda São Vicente nós foi embargado pelos homens do fazendeiro (...). Aí o (referindo-se ao líder) mostrou uma carta do INCRA, foi quando eles nos mandou para beira do rio macacão, nós ficamos lá por três anos sofrendo com muriçoca e enchente do rio (ENTREVISTA, 2018).

Outro relato importante que fala da chegada ao acampamento é do Reinaldo:

Quando nós chegou aqui no São Vicente já tinha gente acampada na beira do rio, mas o líder recebeu-nos super bem, só que ele não tinha muito as manha de mexer com sem terra, só que quando (Zezinho)⁷, chegou tudo normalizou a organização era pegar o nome de todas as família para dar cesta básica que ele conseguia com as entidades do governo.

Uma coisa era certa: eles acreditavam que triam um pedaço de terra e que iriam melhorar suas condições de vida, por isso valia a pena enfrentar as adversidades. A Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA) entende que a historia do Brasil vem numa trajetória de dominação em questão da terra, negando a distribuição e com a grande concentração do capital nas mãos de poucos (ABRA, 2015).

Conforme Sigaud (2009, p. 67-68) “Até o presente momento, o Estado brasileiro ainda não colocou em marcha uma política, nem tópica, nem massiva, de desapropriação de terras improdutivas [...]”. O São Vicente como muito outros foi uma conquista através da luta, todos com o mesmo objetivo de tirar o próprio sustento da terra.

Pergunta 2: *Como era a organização do acampamento e como era a vida em relação à sobrevivência, à saúde, à educação e alimentação.*

O acampamento era organizado com grupos que se revezavam nas tarefas, principalmente na segurança. As decisões eram tomadas coletivamente e tinha sempre o líder que representava o grupo. Era tudo muito precário. Assim fala o Sr. Gilberto:

Com três anos de acampamento o superintendente do INCRA (nome) veio para dividir a terra para nós, na época de acampamento existia saúde e doenças, só que nós não tínhamos, aceso a cidade por falta de transporte e estrada péssima, e só não passamos fome, por causa que tinha uma cesta básica, e o (Zé)⁸ trazia resto de verdura da Ceasa pra nós, e com esta nós, ia sobrevivendo (ENTREVISTA, 2018).

⁷Codinome do líder.

⁸Codinome do líder

O mesmo entrevistado diz que “Depois de um ano e meio, foi construído um barracão, para nossos filhos estudar”. O que a história conta é que mesmo esse barracão foi fruto de muita luta. O entrevistado continua seu relato: “ai em 1999, quando foram divididos os lotes, que fomos assentados melhorou bastante, nós não tinha condições mais foi mudando conforme as nossas condições”. Depois de assentado saiu o Pronaf, diz o entrevistado, “mas não tinha quem nos desse orientação sobre como aplicar o dinheiro”. Ainda sobre a saúde o entrevistado Sebastião diz que havia uma farmácia para fornecer remédio e quando não resolvia dirigiam-se a Flores. Muitas histórias podem ser contadas na luta por melhores condições de vida, desde o acesso à terra até à produção, educação, saúde. Reinaldo fala de uma situação que lhe deixou aflito:

na época a situação aqui era precária no final de 1996, minha mulher adoeceu se não fosse o (Edmarco)⁹, que na época tinha um carro velho e falou, ‘chama uns homens pra ir mais nós, caso o carro quebra ou atola nós termina de levar ela em uma rede’. Aqui já foi muito sofrimento crianças já morreram de doenças de cachorro (ENTREVISTA).

Quanto às outras questões da entrevista, as respostas foram semelhantes, isto é, falavam sempre das lutas e enfrentamentos até as formas de organização social e da produção, com apoio e incentivo do governo, por meio das políticas públicas, à organização coletiva ou individual para a produção agrícola, escola, posto de saúde, energia elétrica, água. A pergunta norteadora foi: *Quais foram os processos de luta para que chegassem a condição de assentamento?*

Segundo Reinaldo “para que chegasse a condições de assentado foi uma luta. Muitas reuniões com o povo do INCRA”. (ENTREVISTA) Ele relata ainda que “em 1999 fomos assentado nas parcelas, foram muitas enrolação por parte do INCRA, nós para conseguir as coisa teve que segurar o (Tota)¹⁰, funcionário do INCRA aqui por seis dias”.

Como afirma Sauer (2010, p. 41) ”a luta pela terra é uma busca por um pedaço de terra como um lugar de trabalho, de moradia, de cidadania, de vida”. Essa ideia permeou todo o trabalho da pesquisa. Fez voltar ao passado e retomar as ideias originais da luta, não como saudosismo, mas como marcas que ficaram e ficarão gravadas na memória dos assentados. É essa história que eles querem passar para os filhos e querem

⁹Codínome do líder

¹⁰ Codínome do funcionário do INCRA.

que a escola trabalhe com os alunos. “A luta pela terra constitui sujeitos históricos” (SAUER, 2010, p. 40).

Ainda foram trabalhadas as seguintes questões: *Como ocorreu o desenvolvimento do assentamento, os projetos que foram adquirindo no decorrer desses 22 anos (1996 até 2018) e Quais os avanços do assentamento hoje em termos de políticas públicas, conquistas para melhoria da qualidade de vida, organização social e da produção.*

Os entrevistados responderam que as políticas públicas básicas têm chegado nesses 20 anos e que ainda faltam políticas na área ambiental, no crédito, na comercialização, entre outras. Mais políticas para a escola. Que é importante resgatar a origem, o que motivou a busca pela terra, isto é, um lugar para viver bem.

Para fechar a entrevista foi feita a pergunta: **Qual o Significado da terra para você?**

As respostas foram unânimes em torno da questão do valor para a vida, além da sobrevivência. “A terra pra mim é muito importante, eu batalho do jeito que posso e vivo dela” (GILBERO).Essa terra para mim é pelo seguinte, a gente tem que trabalhar nela e produzir porque, se não produzir, a pessoa, que a terra para quê?para ficar aqui em cima bestando? não adianta se o governo deu a terra eu tenho que tirar o sustento dela (SEBASTIÃO). Mesmo sabendo que a terra não é dada, mas conquistada, o entrevistado e outros moradores às vezes tem esse posicionamento. É com se essa ideia de que o governo dá as coisas estivesse dentro das pessoas. A impressão que a gente tem é que está. “Essa terra pra mim é tudo que eu queria toda vida sempre trabalhei de meeiro em terra dos fazendeiros e tive a oportunidade de hoje ter minha terra, é um sonho realizado” (REINALDO).Essas falas remetem ao que Sauer (2010, p. 41) apresenta sobre a luta pela terra como “um processo social de reforço de vínculos locais e relações de pertencimento a um determinado lugar, se constituindo em um processo de reterritorialização que situa as pessoas em um espaço geograficamente delimitado”. Sendo assim, luta pela terra, a conquista do assentamento, constituem um conjunto e ao mesmo tempo um espaço de vida e trabalho, de realização de sonhos. É por isso que os assentados falam tanto em manter as ideias iniciais, dos tempos do acampamento, não perder essa ideia.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esta pesquisa pude constatar a importância e a necessidade de resgatar a história do assentamento. Devido ao contexto em que era a história no início e a relação que tinha entre as pessoas naquele espaço em busca dos mesmos objetivos, a conquista da terra na época de acampamento.

Através do método que utilizei com meus entrevistados, consegui resultado favorável pelo modo com que conduzi o roteiro da pesquisa, buscando registrar a história desde a época do acampamento até os dias de hoje como assentamento.

Os resultados da pesquisa mostraram que os entrevistados querem que seja feito o resgate da memória para que as gerações mais novas possam conhecer o processo de luta pela terra. A pesquisa mostrou também que a escola tem um papel importante neste processo, por ocasião da realização do estágio curricular, quando conversei com estudantes e professores a respeito deste estudo, tendo eles se manifestado favorável a essa ideia.

Espero conseguir desdobramentos desse trabalho e pretendo propor um projeto que resgate essa história. Almejo fazer com que a comunidade lute pela sua identidade e valores culturais, buscando suas essências que foram esquecidas ao longo do tempo e que possa servir de matéria de estudo na comunidade e na escola. Espero, ainda, poder fazer uma articulação da escola com a comunidade envolvendo um coletivo do assentamento e da escola, para que fortalecer as ações da Licenciatura em Educação do Campo na localidade e além.

As entrevistas gravadas em áudio e em vídeo já fazem parte dessa memória a ser resgatada

5. REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA, 2015.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia: geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2006.

ARROYO, Miguel G. *Outros sujeitos, outras pedagogias*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

ASSENTAMENTO SÃO VICENTE - **Flores de Goiás**.

Disponível em:

<https://assentamentosaovicente.wordpress.com/historia-do-assentamento/>

Acesso em: 04.05.2018

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto de 3 de março de 1997.** Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado "Fazenda São Vicente", situado no Município de Flores de Goiás, Estado de Goiás, e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/DNN/Anterior%20a%202000/1997/Dnn5182.htm

Acesso em: 28.11.2018

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Disponível em:

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.Htm).

Acesso em: 28.11.2018

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.**

Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)

Acesso em: 29.11.2018

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. Lei nº 6-01, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do

Império. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L0601-1850.htm

Acesso em: 29.11.2018

CALDART, Roseli Salette. **Sobre a especificidade da Educação do Campo e os desafios do momento atual.** In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria (Org.). **Teoria e educação no labirinto do capital.** São Paulo: Expressão Popular, 2016, p. 317-363.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil 2017.** Centro de Documentação Dom Tomás Balduino – CPT

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Historia oral-memória, tempo, identidades.** Belo Horizonte: Autêntica, 2006, 136 p. – (Leitura, escrita e oralidade).

DELGADO, Guilherme Costa. **Questão agrária hoje.** In: DELGADO, Guilherme Costa; BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira (Org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro.** Secretaria Especial de Agricultura e do Desenvolvimento Agrário. Brasília, 2017, p. 14-23.

DELGADO, Guilherme. **Questão agrária hoje.** In: **Questão agrária e desigualdades no Brasil. Reforma Agrária.** Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA. Ano 35 vol. 1, nº 2, Edição outubro 2014. ISSN 0102-1184, p. 27-40.

FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, LeonildeServolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Introdução**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 23-31.

GUIMARÃES, J. (Abril de 2013). Assentamento São Vicente.

Disponível em: em wordpress: <<https://assentamentosaovicente.wordpress.com/historia-do-assentamento/>.

Acesso em 09/08/2015.

MST: **lutas e conquistas**. São Paulo: Secretaria Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Janeiro, 2010.

Disponível em:

<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/MST%20Lutas%20e%20conquistas%20-%20MST,%202010.pdf>

Acesso em: 12.08.2018

MORISSAWA, Mitsue. **A historia da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOURA, Clóvis. Sociologia política da guerra de Canudos: da destruição do Belo Monte ao aparecimento do MST. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

OLIVEIRA, Maria R. do Carmo. **A Luta dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra no Sul da Bahia: A conquista do Assentamento nova Ipiranga-Camacan Bahia**. Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha Civilista na Bahia. UESC, 09 a 11 de junho de 2010.

Disponível em:

<http://www.uesc.br/eventos/culturaepolitica/anais/mariarosadocarmo.pdf>

Acesso em 21.11.2018

SAUER, Sérgio. **Terra e modernidade: a reinvenção do campo brasileiro**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2008.

SIGAUD, Lygya. **A engrenagem das ocupações de terra**. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, LeonildeServolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). **Lutas Camponesas Contemporâneas: Condições Dilemas e Conquistas v. II Introdução**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009, p. 53-72.

SILVA, Carlos dos Santos et. al. **São Vicente e Bom Jesus: história de vida e as mudanças que provocam no ambiente à sua volta.** UnB, Pesquisa e Memória I, 2017.

STÉDILLE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: Programas de reforma agrária: 1946 - 203.** São Paulo: Expressão popular, 2002

PLANALTINA, Universidade de Brasília. Faculdade UNB Planaltina. **Licenciatura em Educação do Campo: Projeto Político Pedagógico do Curso.** Maio/2009.

Sites consultados:

IBGE. Brasil. **Goiás. Flores de Goiás.**

Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/flores-de-goias/panorama>

Acesso em: 09.08.2018

Censo 2010. **Goiás.** Disponível em:

ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/resultados/tabelas_pdf/total_populacao_goiias.pdf

Acesso em: 09.08.2018

(<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>). Acesso em: 06.12.2018

Entrevista semiestruturada

Roteiro

1. Como ficou sabendo do acampamento e como chegou até ele?
2. Como foi a recepção ao chegar à localidade?
3. Como era a organização do acampamento?
4. Como era a vida no acampamento em relação à sobrevivência, à saúde, à educação e alimentação?
5. Quais foram os processos de luta para que chegassem à condição de assentados?
6. Como ocorreu o desenvolvimento do assentamento, os projetos que foram adquirindo no decorrer desses 22 anos (1996 até 2018)?
7. Quais são os avanços do assentamento hoje em termos de políticas públicas, conquistas para melhoria da qualidade de vida, organização social e da produção?
8. Qual o significado da terra para você?

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO DAS/OS PARTICIPANTES DA PESQUISA:

Resgate da Historia da Fundação e da Vida do P.A São Vicente - Flores de Goiás, a ser desenvolvida pelo graduando em Educação do Campo, área de Ciências da Natureza, Carlos dos Santos Silva, RG nº _____, Órgão emissor _____, CPF nº _____, telefone (DDD)_____. Endereço eletrônico: carlosdosantos2324@gmail.com

Orientadora da pesquisa: Prof^a Dr^a Maria Osanette de Medeiros (osanette@terra.com.br)

A pesquisa objetiva resgatar a historia da comunidade para que não percamos as memórias dos nossos antepassados. Para que as novas gerações possam conhecer a historia do projeto de assentamento São Vicente.

Os dados gerados serão apresentados em forma de monografia e poderão ser utilizados para apresentação em eventos acadêmicos, científicos e didáticos, e encaminhados para publicação, tanto na área de educação, quanto em áreas afins.

As/os participantes da pesquisa a fazem de forma voluntária e são livres para, a qualquer momento que desejem e em qualquer fase da pesquisa, recusarem-se a participar ou retirar seu consentimento de participação, sem qualquer prejuízo a elas/eles mesmas/os e à pesquisadora. Asseguramos total sigilo das informações, depoimentos e dos dados fornecidos, utilizando pseudônimo para manter o anonimato de sua identidade, dentro dos princípios éticos da pesquisa.

Eu, _____

Carteira de identidade nº _____

telefone: (DDD) _____

Declaro que li este documento e quadro-síntese da pesquisa. Entendi os propósitos da mesma e sinto-me esclarecida (o) a participar da pesquisa, dando o meu consentimento livre.

Assinatura: _____

Data: _____